



Alea: Estudos Neolatinos

ISSN: 1517-106X

alea@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Berman, Antoine

A tradução e seus discursos

Alea: Estudos Neolatinos, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 340-353

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33013423011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Antoine Berman (1942-1991) é considerado um dos mais relevantes teóricos da tradução da França do século 20. Amparado em sua experiência como tradutor de obras da literatura latino-americana e alemã, desenvolveu reflexões no âmbito da crítica e da história da tradução. Berman sempre ressaltou que a tradução é portadora de um saber *sui generis* sobre as línguas, as literaturas, as culturas, os movimentos de intercâmbio e de contato e, por isso, deveria se configurar como um campo autônomo de pesquisa e de ensino. Entre as suas obras traduzidas no Brasil estão *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (7Letras/ UFSC, 2007) e *A prova do estrangeiro* (Edusc, 2002).

O presente artigo, cujo título original é “La traduction et ses discours”, foi publicado em 1989 na revista canadense *Meta*. Nele, Berman retoma os discursos que tratam da tradução no Ocidente, aponta suas limitações e propõe uma nova abordagem: a “tradutologia”.

Marlova Aseff

Proponho-me a examinar brevemente aqui os diferentes discursos sobre a tradução. Analisarei os já existentes e sugerirei um outro. A pretensão dessa proposta será atenuada, assim espero, pelo fato de esse “novo” discurso enraizar-se na tradição mais tradicional. Conduzirei essa reflexão a partir de um triplo horizonte pessoal: enquanto tradutor de muitas áreas e línguas, enquanto “teórico” da tradução, ministrando seminários no colégio internacional de filosofia, e enquanto membro de um organismo governamental francês, o Commissariado-geral da Língua Francesa, que desenvolve atualmente uma política da tradução.

O discurso “tradicional” sobre a tradução

Os tradutores geralmente não gostam muito de falar de “teoria”. Consideram-se como intuitivos e artesãos. Entretanto, desde o início da tradição ocidental, a atividade tradutória é acompanhada de um discurso-sobre-a-tradução. Assim, temos ao longo dos séculos (citando apenas os nomes mais conhecidos) os textos de Cícero, São Jerônimo, Frei Luis de León, Lutero, Du Bellay, Dolelet, Rivarol, Herder, Humboldt, A.W. Schlegel, Goethe, Schleiermacher, Chateaubriand, Pouchkine, Valéry, Benjamin, Pound, Armand Robin, Borges, Bonnefoy, Octavio Paz etc. Esse discurso é essencialmente dos tradutores, mesmo que se duplique, em cada época, por aquele dos não tradutores, que não fazem mais do que refleti-lo e repeti-lo. Eu o chamo de discurso “tradicional”. Ele é tradicional em dois sentidos. Primeiramente, vem do fundo da tradição da cultura ocidental. Depois, pertence a um mundo no qual a tradução é considerada como um dos pilares do próprio caráter da tradição, ou seja, do modo de ser dos homens. *Traduzione tradizione*, dizem os italianos; unindo passado e presente, próximo e distante, a tradução semeia a cultura, ela mesma experimentada como um conjunto de tradições.

¹ Os direitos de publicação deste artigo foram gentilmente cedidos pelas Presses de l'Université de Montréal.

Esse discurso tem três características. Primeiramente, é dispar: ora analítico e descritivo, ora prescritivo, ora poético, ora especulativo ou polêmico, ele é raramente “teórico”, no sentido moderno. De fato, o primeiro texto “teórico” sobre a tradução é provavelmente o de Schleiermacher, *Sobre os diferentes métodos de tradução* (Berlim, 1821).²

Em segundo lugar, esse discurso é de uma magreza espantosa: poucas obras, uma grande quantidade de notas, de cartas, de prefácios etc.; e se compararmos esse *corpus* ao de textos “críticos” que a literatura produziu sobre ela mesma, *grosso modo*, desde a Renascença, devemos concluir que os tradutores são bastante parcimoniosos ao falar de sua atividade. É como se a tradução não ousasse se afirmar de um modo discursivo. No entanto, apesar da magreza, esse discurso é rico, muito rico, e devemos aprender a lê-lo e a conhecê-lo, pois ainda o conhecemos muito mal.

A terceira característica é a seguinte: o discurso tradicional é marcado por uma discórdia, a dos partidários da “letra” e a dos partidários do “sentido”, sendo esses últimos sempre maioria. Essa discordância (como veremos adiante) tem por fundamento a dupla potencialidade do traduzir, e não “preferências” sociais ou subjetivas que poderíamos ter a esse respeito.

Face a esse discurso tradicional, o século 20 viu se constituir uma multiplicidade de novos discursos sobre a tradução, que são ora discursos objetivos, ora discursos da experiência. Vejamos agora os discursos “objetivos”, que podem ser tanto setoriais (ligados a disciplinas definidas) como gerais (teorias gerais da tradução).

Os discursos objetivos setoriais

São essencialmente os discursos da linguística, da poética (ou semiótica) e da literatura comparada. Deixo de lado aqui os discursos sobre a tradução jurídica, técnica e oral (interpretação), os quais, pragmáticos, ainda estão, salvo diminuto número, pouco sistematizados.³

As análises que a linguística consagrou à tradução são relativamente pouco numerosas. As mais notáveis são as de Jakobson, de Catford e de Nida. Na teoria, a linguística afirma que a tradução é

² Ver minha tradução desse texto-chave em *Tours de Babel*, Toulouse, ed. Trans-Europ-Repress, 1985.

³ Mencionemos, contudo, para a tradução técnica, os trabalhos de B. Folkart e, para a tradução jurídica, os de J.-C. Gemar (Ottawa e Montreal).

para ela um tema essencial, uma operação na qual ela deve mostrar sua possibilidade ou, eventualmente, sua impossibilidade. Trata-se, *a priori*, de um fenômeno de interação entre duas línguas que ela define formalizando o conceito corrente sobre tradução. Assim chegamos a fórmulas, como em Jakobson, a “busca da equivalência na diferença”. A linguística define o traduzir de forma tão vasta e abstrata que omite quase por completo sua dimensão escrita e textual, para não falar de suas dimensões culturais, históricas, etc. Tudo isso parece indicar um certo desinteresse por um “objeto” que ela insiste em incluir em sua área de competência, mesmo que – por algum acaso – a linguística tenha fornecido o quadro de categorias para as análises semióticas e estilísticas da tradução. Por que esse desinteresse? Vale um questionamento a esse respeito.

A *poética* considera a tradução como uma forma de hipertexto ou de metatexto. Se a linguística negligencia a dimensão textual da tradução, a poética negligencia sua dimensão de linguagem. Constatamos aí, novamente, um certo desinteresse, como está latente em *Palimpsestes*, de Gérard Genette, cujas análises da paródia, do pastiche, da imitação são bem mais abordadas do que as da tradução. Assim, a poética começa somente (na esteira de Lotman) com o estudo das estruturas de traduzibilidade e de tradutividade das obras literárias, sem falar da estrutura textual das próprias traduções.

A literatura comparada, estudando as interações dos sistemas literários, não podia, com o passar do tempo, negligenciar a tradução. Com um grande atraso, produz atualmente análises do lugar das mesmas no *corpus* literário. É aí que encontramos, ao nível do saber instituído, um interesse crescente pela tradução, o mesmo que parece faltar aos linguistas e aos “poéticos”. De qualquer forma, para a literatura comparada, a tradução não passa de um dos modos de interação de textos, e ela não pode abordar a área da tradução enquanto tal, que transcende forçosamente o “literário”, ainda que esse fosse definido em seu sentido mais amplo.

Os discursos gerais

Trata-se do que hoje em dia chamamos de “teorias” da tradução. Essas últimas têm uma base dupla: a hermenêutica da compreensão do século 19 (é o caso de Steiner) e a linguística (é o caso de Nida, de Mounin e dos russos). Isso significa, primeiramente, que essas teorias nunca são autônomas, não são mais do que parte de um todo mais vasto. Assim, Vinay e Darbelnet situam o estu-

do da tradução dentro da “linguística aplicada”. Essas teorias, em segundo lugar, partem também de uma definição *a priori* da tradução como “processo de comunicação interlinguístico”; a partir daí, esforçam-se em construir tipologias e desaguam com uma bela regularidade em proposições de ordem prescritivas e metodológicas. Às vezes, como os discursos setoriais, elas provêm de especialistas que não são tradutores: de onde surge o famoso hiato entre os “teóricos” e os “práticos”, os segundos desdenhando as construções abstratas dos primeiros, e esses últimos desprezando o empirismo mudo dos segundos. Mas isso não é o essencial porque esses discursos fundam-se sobre a pressuposição de que se pode construir uma *teoria global e única do traduzir*, seja em poesia, teatro, prosa literária, filosofia, textos técnicos ou jurídicos, línguas próximas ou distantes, vivas ou mortas, orais ou escritas, comuns ou dialetais, em primeiras traduções ou em retraduições, heterotraduções ou autotraduções, etc. Elas negligenciam o fato de o espaço da tradução ser irremediavelmente plural, heterogêneo e não unificável. De fato, recusam o empirismo ingênuo dos tradutores, para os quais nenhum discurso geral pode haver sobre a sua atividade. Mas isso significa que seja possível existir, em um conceito único, sob o pretexto de “cientificismo”, todos os modos de tradução? E, se pudéssemos fazê-lo, sobre que bases? A que preço?

É verdade que um outro *corpus* teórico sobre a tradução vem sendo desenvolvido há alguns anos: o representado pelo que chamamos de Escola de Tel Aviv (Even-Zohar, Gidéon Toury) e todos aqueles que, de alguma forma, seguem seus eixos programáticos (como José Lambert, em Louvain). Às teorias clássicas, dogmáticas e prescritivas, a Escola de Tel Aviv opõe uma teoria da “literatura traduzida” e do lugar desta nos “polissistemas” literários. Even Zohar e Toury recusam-se a partir de um conceito apriorístico do traduzir: dedicam-se a estudar aquilo que em dado sistema literário (e cultural) é tido como “tradução”. Assim, querem evitar a armadilha da normatização e constituir uma ciência do traduzido, fazendo ela mesma parte de uma ciência de todas as transferências interculturais. Podemos, entretanto, nos perguntar se esse saber puramente descritivo da tradução é em si suficiente. Porque um tal saber, fugindo ao mesmo tempo à abstração das teorias clássicas, coloca entre parênteses a questão da *verdade* da tradução. Quando dissemos, por exemplo, que as “verdadeiras” traduções são raras, não partimos de um conceito dogmático do traduzir, mas

de uma experiência na qual está em questão a verdade da relação com as obras. O descritivismo da escola de Tel Aviv – que permite a constituição de um rico *corpus* sobre toda a massa do “traduzido” e suas determinantes socioculturais – encontra aí seu limite. Seus pressupostos (como os das teorias anteriores) devem então ser submetidos a uma crítica sistemática. Talvez (como veremos) a ideia mesma de uma “teoria” da tradução puramente descritiva⁴ seja uma ilusão. Isso, certamente, se tomarmos o conceito de “teoria” no sentido estrito, tal como se apresenta no campo das ciências. Nem todo discurso articulado é teoria.

Os discursos de experiência

Dois outros discursos, no século 20, tinham em vista apaixonadamente a tradução de um modo que não é teórico, mas que é, no entanto, conceitual. O primeiro é o da filosofia. Por uma necessidade que se deve ao destino moderno de suas atuais interrogações, a filosofia é tocada de perto pela tradução, como vemos em Benjamin, Heidegger, Gadamer, Derrida, Serres e, no campo do pensamento dito “analítico”, em Wittgenstein e Quine. Não se trata, no entanto, de “filosofia da tradução”, porém, de algo mais desviante, de um *entrelaçamento* do filosofar e do traduzir. Desse modo, o pensamento de Heidegger é, em boa parte, um trabalho-de-tradução.

O segundo é o da psicanálise. Ele é duplamente relacionado à tradução. Primeiro, porque está ligado a um texto fundador, o de Freud, cujo “destino da tradução” causa problema. Depois, porque o próprio Freud, algumas vezes, definiu em termos de tradução, de *Übertragung*, de transferência, que significa também “tradução” em alemão. Não há nem “psicanálise da tradução” nem “teoria psicanalítica” da mesma, mas um *corpus* crescente de reflexões tentando aprofundar a ligação de essência da psicanálise com o traduzir no âmbito de toda uma meditação sobre o sujeito, o inconsciente, a língua e a letra. Esse *corpus* não pode ser ignorado, mesmo que seu desenvolvimento não seja nada além do que a obra de solitários psicanalistas.

⁴ Restaria, por outro lado, ver se a teoria descritiva não opera um retorno discreto à normatividade. Cf. BRISSET, Annie. “Les théories de la traduction et le partage de champs discursifs: fonctionnalisme et caractérisation du littéraire.” *Neonelson*. Budapeste, 1986.

Um último discurso, enfim, que ainda é ignorado como tal, se apresenta hoje no horizonte. Ele é tecnológico e constitui-se atualmente no cruzamento da teoria da informação, da teoria da inteligência artificial, da terminologia, da linguística e da informática. Eu o chamo de *traductive*. Para esse discurso, a totalidade dos processos tidos em vista pela ciência e a técnica constitui um vasto sistema de comutações, de permutações e de computações que parece pertinente de ser analisado em termos de tradução, no sentido da “mudança” generalizada e formalizada de tudo em tudo, da “onitradução na qual, idealmente, tudo circula”.⁵ A *traductive* é (será) a teoria computacional dos processos tradutivos que governam a área tecnológica ou o real tecnologicamente apreendido. Encontramos suas linhas, entre outros, nas pesquisas que tratam da tradução assistida pelo computador e na análise informático-linguística das línguas naturais.

Se, *a priori*, ela diz respeito ao campo tecnológico, é claro que a *traductive* já foi bem além. Observemos, por exemplo, o sistema de tradução assistida por computador Weidner, que foi, desde o início, concebido para traduzir... a Bíblia. O objetivo da *traductive* é, evidentemente, o de produzir um discurso teórico-pragmático que alcance todos os campos de tradução, inclusive “literários”. Com esse fim, estamos próximos do dia em que ela tomará da semiótica o estruturalismo e o funcionalismo. Atualmente, a informática já está mudando os rumos de toda a prática da tradução em um grau ainda imensurável.

Curiosamente, este elemento computacional do ato de traduzir que contém a tradução corresponde a uma dimensão computacional do “literário”. Em primeiro lugar, porque um texto é um sistema que pode e deve submeter-se a procedimentos de tradução, sendo eles mesmos sistemáticos. Além disso, ressalte-se: de Novalis e Hölderlin a Poe, Valéry, Musil e os poetas formalistas russos, foi a própria literatura que se concebeu como um “cálculo”. Assim, o que a *traductive* afirma encontra-se secretamente ligado a um certo destino *moderno* do “literário”.

No entanto, na mesma medida em que ele se quer “científico”, esse novo discurso é privado de reflexividade própria e, nesse caso, não se pode pensar em termos de tecnologia. Isso só será

⁵ Citado em *Immatériaux*. Paris: Centre Pompidou, 1985.

possível após a invenção da “linguagem” da tecnologia. Isso, a *traductique* não pode fazer.

A tradutologia

Cabe a um discurso bem diferente o uso, no ato da tradução, do elemento da reflexividade. Proponho reservar-lhe o termo *tradutologia*, ainda que alguns já o empreguem para designar um saber objetivo da tradução.

A tradutologia é a reflexão da tradução sobre ela mesma, a partir de sua natureza de experiência. Tentemos precisar essa definição. Reflexão e experiência: eis algumas categorias nas quais a filosofia nunca parou de pensar, com Kant, Fichte, Hegel, Husserl, Benjamin e Heidegger, e cuja unidade é sempre seu foco de reflexão. Pois quando a experiência volta-se sobre ela mesma para compreender-se e tornar-se mais plenamente “experiência”, ela se torna reflexão. Mais exatamente, a reflexão não é nada mais que tal retorno, que se efetua no âmbito da língua natural. Tal é a estrutura “especulativa” que a filosofia interroga. Mas não somente ela: a partir dos românticos, a literatura também. Assim, Proust declara, a propósito da escrita como memória, que nela o poder de reflexão é tudo. De fato, esse escritor parece partir de experiências singulares mas, pela reflexão da escrita, essas experiências se universalizam. Proust declara sobre isso que o escritor “se recorda apenas do geral”.^{*} E faz isso na mesma passagem de *Em busca do tempo perdido* na qual ele define o ato de escrever como uma tradução. Para Proust, reflexividade e tradutibilidade da obra estão ligadas.⁶

^{*} (PROUST, Marcel. *Le temps retrouvé*. tome III. *Pléiade*. Paris: Gallimard, 1989: 906.)

A tradutologia é, pois, a *retomada reflexiva da experiência que é a tradução* e não uma teoria que viria descrever, analisar e eventualmente reger essa atividade. A experiência realizada na tradução tem uma *tripla* dimensão.

Em primeiro lugar, o tradutor experiencia a *diferença e o parentesco das línguas*, em um nível que ultrapassa aquilo que a linguística ou a filologia podem empiricamente constatar nesse sentido, porque esse parentesco e essa diferença manifestam-se no próprio ato de traduzir. Em segundo lugar, ele experiencia a *traduzibi-*

⁶ Distingamos aqui *traduzibilidade* de *tradutividade*. A traduzibilidade é uma estrutura *a priori* da obra que a torna “traduzível”, como o criticável faz com que possamos analisá-lo criticamente. A tradutividade remete ao fato de que o próprio texto é um *trabalho* de tradução. Pasternak fala a esse respeito da “tensão tradutora” da grande prosa.

lidade e a *intraduzibilidade* das obras. Em terceiro lugar, ele experiencia a própria tradução, estando marcada por duas possibilidades antagônicas: ser restituição do sentido ou reinscrição da letra. Vemos que em cada dimensão há uma estrutura de oposição. É ela que está na origem das eternas controvérsias sobre o caráter “problemático” do traduzir. A tradutologia deseja retomar em uma reflexão sistemática essas três dimensões da experiência tradutória. Ela continua, assim, o discurso tradicional no ponto no qual ele se interrompe, ou seja, no limiar da sistematicidade.

Não é mais um discurso sobre a tradução, mas um discurso enraizado nessa experiência triplamente divergente. Nem científico, nem literário. Ele não substitui nem ambiciona substituir a linguística, a semiótica, a literatura comparada, etc. Ele se coloca ao lado desses saberes. É o equivalente, para a tradução, do discurso crítico da literatura sobre ela mesma. Musil dizia que a crítica estava “tecida” com a literatura. O discurso tradutológico funda-se sobre a *reflexividade originária do traduzir*.

A tradutologia não é um discurso fechado visto que a área das traduções não é fechada, mas fragmentada, intersticial. Não é uma área que enfoque um determinado campo do real, pois, justamente, a tradução não é um “campo” no sentido que o conceito tem nas ciências. Pelo contrário, a tradutologia recusa desde o início a ideia de uma teoria global e única do traduzir. Uma tal teoria somente é possível no horizonte da restituição do sentido. Ora, essa é uma dimensão real, mas secundária, das traduções. É o único ponto em comum a todas, mas o mais problemático, porque oculta uma outra dimensão mais essencial: o trabalho sobre a letra. É enquanto trabalho sobre a letra que a tradução tem um papel ético, poético, cultural e até religioso na história.

As tarefas de uma tradutologia

Vejamos agora quais são as tarefas possíveis de uma tradutologia.

A primeira é negativa. Visto que – como diz Steiner – 80% das traduções são “defeituosas”, convém analisar os fatores deformantes que operam na tradução e que a impedem de alcançar seu puro objetivo. Essa é a tarefa de uma analítica da falha e de uma analítica da destruição.

A analítica da falha tem em vista aquilo que Freud chama (para o psiquismo) “a falha da tradução”, ou seja, o fato de o ato de

traduzir nunca se realizar (plenamente) mesmo quando isso é possível. A “falha da tradução” assume múltiplas formas, mas é inerente a toda tradução.

A analítica da destruição tem em vista o fato de que o traduzir, enquanto restituição do sentido (e ele o é sempre), é um processo de degradação da letra das obras. Aí, novamente, esse processo manifesta-se como uma série de tendências deformadoras que operam durante a tradução (queira o tradutor ou não, obedeça ou não a normas culturais, literárias, morais, etc.). Essa destruição não é apenas negativa. Ela tem mesmo sua necessidade, pois uma das relações possíveis do homem com suas obras é precisamente a destruição. Glosa e tradução, como bem sentia Montaigne, são iconoclastas.

A *segunda tarefa* da tradutologia consiste em explicitar o que, na tradução, não tem origem na comunicação dos conteúdos e na restituição do sentido: o trabalho sobre a letra. É o campo de uma *ética* e de uma *poética* da tradução, na medida em que a ética e a poesia só existem no respeito (na observância) da letra.

A *terceira tarefa* relaciona-se à *temporalidade e à historicidade dos atos de tradução*. As traduções têm uma temporalidade própria, que está ligada à temporalidade das obras, das línguas e das culturas. Essa reflexão sobre o tempo do traduzir abre-se a um estudo de caráter “histórico”: escrever a história da tradução nas áreas nas quais ela constituiu um dos fatores fundamentais (ainda, como tal, desconhecido) da constituição das línguas e das literaturas. Esse trabalho histórico, comparável ao de Michel Foucault, mostrará que, em todos os lugares e sempre, tradução e escrita formam uma unidade originária. O paradoxo central de uma história da tradução encontra-se, talvez, no fato de a própria história começar com a tradução.

A *quarta tarefa* consiste em analisar o espaço plural das traduções, sem confundir esse trabalho com a constituição de uma “tipologia”, tão clara quanto possa ser. Este espaço pode ser aproximado através de eixos totalmente heterogêneos. A tradução de um livro infantil não obedece às “leis” de um livro para adultos; a de um texto técnico é diferente da tradução de um texto científico, jurídico, publicitário, comercial e, naturalmente, “literário”. O espaço do “literário” é fundamentalmente heterogêneo e – de maneira mais especial – dividido entre o que é “obra” e o que, apesar de “literário”, não é obra. Assim, um texto escrito em dialeto não se traduz como um texto escrito em koiné; um texto escrito em francês por um estrangeiro não se traduz como um texto es-

crito em francês por um francês; uma primeira tradução não pode ser lida como uma “retradução”, uma tradução de língua “distante” não pode ser entendida como uma tradução de língua “próxima”. Nada disso é unificável.

A *quinta tarefa* da tradutologia consiste em desenvolver uma reflexão *sobre o tradutor*, pois podemos dizer que se trata de um grande esquecido de todos os discursos sobre a tradução. Para tais discursos o tradutor é um ser sem espessura, “transparente”, “apagado”, etc. É desse modo como se veem e no qual vivem os tradutores, sejam eles técnicos ou literários. Ora, não é bem assim. Podemos pensar aqui nas “biografias” de tradutores como Amyot, A.W. Schlegel, Armand Robin, análises de “destinos de tradução” nas quais se esclareceria a ligação do tradutor com a escrita, com a língua materna e com as demais línguas. Essa *analítica do tradutor*, que eu saiba, praticamente não existe. Na mesma linha de pensamento, seria possível estudar como aparecem dentro da literatura, o tradutor e a tradução; de fato, eles aparecem pouco, mas cada uma dessas aparições é bastante significativa.

A *sexta tarefa* consiste em analisar porque, em todos os tempos, a tradução foi uma atividade *ocultada*, marginalizada, desvalorizada, quer seja ela trabalho sobre a letra ou livre restituição do sentido.

A *sétima tarefa* consiste em explorar, se é que podemos dizer assim, as *fronteiras da tradução*. E isso segundo dois eixos. No eixo horizontal, a área da tradução toca outras áreas: a da leitura, a das “interpretações”, a das tranferências e mudanças em todos os gêneros e que podem ser literárias, artísticas, científicas, etc. Grande é a tentação, aqui, de construir uma teoria “generalista da tradução” que englobaria a “tradução restrita” e os outros modos de “translação”. Sucumbiram a essa tentação o Romantismo alemão, Steiner, Serres e, na França, a revista “Change”. A tarefa da tradutologia consite, sobretudo, em articular todas essas áreas de transformação, sem confundi-las. Em seus limites “verticais”, a tradução vive uma mudança de sentido metafórico, quando ela acaba por designar a essência dos atos de fala, de escrita, de pensamento e mesmo de existência. Esse emprego metaforizante do “conceito” de tradução já é constante no discurso cotidiano, mas foi radicalizado por uma longa linhagem de autores, desde o século 18.

* (HAMANN, Johann Georg. “Esthetica in nuce”. Trad. J.-F. Courtine. *Poésie*, n° 13. Paris, 1980: 17.)

Hamann

Falar é traduzir – de uma língua angelical a uma língua humana.*

Marina Tsvetaïeva

Traduzir [...] é refazer o caminho sobre os rastros que a erva invade num instante, mas [...] também outra coisa. O que fazemos não é apenas passar de uma língua para outra língua (o russo, por exemplo), passamos também o rio. Eu passo Rilke para a língua russa assim como se ele me fizesse passar um dia no outro mundo.*

* (TSVETAÏEVA, Marina. *Correspondance à trois*. Trad. P. Jaccottet. Paris: Gallimard, 1983: 17.)

Proust

É provável que se uma tradução completa do universo pudesse ser feita, nos tornássemos eternos.*

* (PROUST, Marcel. *La Matinée chez la Princesse de Guermantes*, Paris: Gallimard, 1983: 580.)

Roa Bastos

Há apenas um só volume. Quando um homem morre, isso não significa que esse capítulo seja arrancado das páginas do Livro. Isso quer dizer que ele foi traduzido em uma língua melhor. Cada capítulo é assim traduzido.*

* (ROA BASTOS, Augusto. *Moi le supreme*. Trad. A. Berman. Paris: Belfond, 1977.)

Existe aí uma metáfora vertical da tradução que não poderia ser ignorada: podemos falar de *outra tradução* que se esconde na tradução restrita como seu núcleo mais secreto.

A *oitava tarefa* da tradutologia consiste em fazer uma “crítica da razão *traductique*”, ou seja, definir os limites de validade da mesma. Ligada ao movimento imperioso da tecnologização da língua, a *traductique* não pode se fixar nas suas indispensáveis fronteiras epistemológicas, culturais e mesmo políticas. Isso é ainda mais necessário hoje, visto que a tradução ingressou plenamente no espaço das “políticas” (e do político como tal).

A *nona tarefa* consiste em definir as relações da tradutologia como discurso-da-tradução com dois outros modos essenciais de relação com as obras: o *comentário* e a *crítica*. Essa tarefa é ainda mais importante porque a tradução seguidamente tem sido definida como uma atividade crítica (é a *crítica pela tradução* de Pound) ou foi confinada na atividade crítica (do romantismo alemão a Steiner); além disso, comentário e tradução têm relações íntimas, como demonstram, no século 20, as reflexões filosóficas, religiosas e psicanalíticas.

A *décima tarefa* da tradutologia consiste em definir as condições de sua própria institucionalização enquanto *saber autônomo*. Trata-se de precisar as condições de ensino e de pesquisa. Se consideramos que a tradução é essencial, que nos afeta a todos, “Babel” é e será um destino-de-tradução, então algo como uma tradutologia deverá existir como um saber instituído, mesmo se esse saber não resultar em uma ciência, uma *Übersetzungswissenschaft*.

Faz parte dessa institucionalização (cujas modalidades concretas devem ser determinadas) o que poderíamos chamar de *educação para a tradução*. Organizar uma tal educação, de uma tal *paideia* tradutória⁷ deveria, por sua vez, modificar o estatuto da tradução em nossa cultura, da figura do tradutor e, naturalmente, de tudo que diz respeito hoje em dia ao ensino prático da tradução.

A *décima primeira tarefa* da tradutologia refere-se à ligação que toda a reflexão sobre a tradução tem com a *tradição-da-tradução* particular a que pertence, mesmo se sua ambição é a de constituir um discurso “universal”. A maneira como aparece a problemática da tradução não é a mesma na tradição francesa que na tradição alemã, anglo-saxônica, russa, espanhola, ou – *a fortiori* – do extremo-orient. Não é a mesma em um “pequeno país” cuja língua é unicamente nacional e em um grande país cuja língua é transnacional e cujo espaço é, ele mesmo, frequentemente multilíngue.

Cabe também à tradutologia afirmar-se como um discurso historicamente e culturalmente situado, e estudar, a partir dessa situação – de *sua* situação – os demais discursos sobre a tradução. Assim, por detrás das teorias de Nida, delinea-se uma problemática da tradução própria do espaço anglo-saxão; por detrás de tal escrita de Efim Etkind, uma problemática própria do espaço russo; por detrás das reflexões de Yebra, uma problemática própria do espaço hispânico, por detrás das construções teóricas de Octavio Paz ou de Haroldo de Campos, uma problemática latino-americana da tradução, etc. A tradutologia está então sempre ligada ao espaço da língua e da cultura à qual pertence, e é bem evidente que os grandes eixos de reflexão que propusemos aqui se enraízam, mesmo se for para contestá-la, na tradição francesa da tradução. Isso não diminui em nada sua universalidade, mas abre a necessidade de um diálogo entre as diferentes tradições de reflexão sobre a tradução. Assim também é, no fundo, para a literatura, o pensamento, o teatro ou a psicanálise.

Tradução de Marlova Aseff

Revisão da tradução de Eleonora Castelli

⁷ Que nossa época se encaminha a uma tal *paideia* é o que atestam as criações do Colégio europeu de tradutores de Strahlen (Alemanha Federal), do Colégio internacional de tradutores de Arles e, por todo lado, de numerosos “centros de pesquisas” sobre a tradução. A tradutologia não é nada mais que a reflexão que vem sustentar e esclarecer (ao mesmo tempo que se desenvolve e aprofunda) a atividade desses centros e colégios.

Marlova Aseff

Jornalista, tradutora, com doutorado em Teoria Literária pela UFSC. Publicou “Três escritores-tradutores no cenário literário brasileiro contemporâneo” (In: *Protocolos Críticos*. São Paulo: Iluminuras, 2008), organizou *O nome do jogo* (Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998), um recorte literário das crônicas esportivas do gaúcho Ruy Carlos Ostermann, e participou da edição do livro *Memória de Tradutora*, com Rosa Freire D’Águilar (Florianópolis: Escritório do Livro, NUT/UFSC, 2004).

Resumo

Neste texto, Antoine Berman analisa os diferentes discursos sobre a tradução e propõe uma nova abordagem, a tradutologia. Também sugere onze tarefas para a tradutologia, essa última entendida como “a reflexão da tradução sobre ela mesma, a partir de sua natureza de experiência”.

Palavras-chave: tradução; Antoine Berman; tradutologia.

Abstract

In this paper, Antoine Berman analyses different discourses about translation and proposes a new one, named traductology. He also suggests eleven tasks for traductology, which is understood as “the translation’s reflexion about itself, by its own nature of experience”.

Résumé

Dans ce texte, Antoine Berman examine les différents discours tenus sur la traduction et propose un nouveau discours, la traductologie. Il suggère alors onze tâches pour la traductologie, qui est entendue comme la réflexion de la traduction sur elle-même à partir de sa nature d’expérience.

Key words: translation; Antoine Berman; traductology.

Mots-clés: traduction; Antoine Berman; traductologie.